

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 14/12/2009 Edição XXVIII

Vigilantes unificam discurso para datas-base da categoria

Risco de vida “Na Lei ou na Marra”, reposição das perdas salariais com acréscimo de ganho real e piso salarial único. Essas serão algumas das principais bandeiras dos vigilantes a serem erguidas em 2010. Durante a Conferência Nacional da categoria, que reuniu lideranças, representações sindicais e trabalhadores em Camaçari e Salvador nesse final de semana, foram decididos os compromissos e orientações para as negociações coletivas e outras lutas para vigilantes e demais trabalhadores da segurança privada no próximo ano.

Entre as principais decisões no campo de lutas salariais, ficou acertado:

- Considerar toda negociação nas datas-base da categoria como de interesse do conjunto dos vigilantes de todo o país e do bem estar do povo brasileiro;
- Eleger o Risco de Vida como o principal mote das nossas lutas e apontar como palavra de ordem: Risco de vida na lei ou na marra;
- Buscar a reposição das perdas salariais com o acréscimo de ganho real;
- Lutar pelo Piso salarial único, tomando-se como base o maior salário hoje praticado;
- Lutar pela melhoria das condições de trabalho, de segurança e de vida para todos os vigilantes, independentemente de seu segmento de atuação (patrimonial, bancário, escolta, transporte de valores e outros)
- Exigir das empresas a contratação de Técnico de Segurança no Trabalho, com vistas a prever e planejar a segurança dos trabalhadores e condições do ambiente de trabalho;
- Nos serviços de abastecimento de caixas eletrônicos, exigir das empresas a presença de mais vigilantes e a vedação de manuseio de dinheiro no local do abastecimento;
- Valorizar a conquista e lutar pela efetiva aplicação da IN-3/MPOG, buscando a sua ampliação para os demais entes públicos e para o setor privado, lembrando que, no momento, esta é a principal arma para os trabalhadores garantirem o seu FGTS, férias, 13o. salário, rescisão e salário mensal;
- Recomendar aos Sindicatos que busquem compreender a realidade conjuntural para que possam fundamentar cada vez melhor os pleitos dos trabalhadores;
- Assinar Acordos ou Convenções com percentuais de reajuste sempre acima dos índices inflacionários;
- Não acordar reajustes em percentual inferior a inflação;
- Buscar, além dos ganhos salariais, outros benefícios de interesse dos trabalhadores, a exemplo de Alimentação, Planos de Saúde Complementar custeado pelas empresas (de acordo com a Lei 8080/90 – que versa sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde), efetiva implantação do colete a prova de balas, Cesta Básica, Participação nos Lucros (PLR – Participação nos Lucros e Resultados), conforme facultado pela legislação vigente, entre outros;

- Buscar centralizar na CNTV e fazer a difusão às entidades de todas as informações acerca das campanhas salariais e orientações para as vitórias de cada campanha em qualquer Estado ou Entidades Sindical;
- Sempre que possível inserir o tomador de serviços, de forma direta, no campo das negociações coletivas da categoria;
- Combater a realização de Horas Extras em quaisquer circunstâncias e, quando realizadas pleitear o seu pagamento sempre com o acréscimo acima de 100%;
- Combater todas as formas de banco de horas ou sistemas equivalentes;
- Abrir negociação nacional a partir dos grandes contratantes (Governo Federal e Estadual, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, INSS, Petrobrás, Bradesco, etc.) com vistas a unificar nestes prestadores de serviços a remuneração igual em todo o país, além dos benefícios tipo alimentação, plano de saúde, entre outros;
- Buscar sempre a igualdade de condições, tratamentos e benefícios dos terceirizados com os primeirizados;
- Inserir nas pautas políticas e nas ações judiciais da categoria o pagamento dos adicionais noturnos até o final da jornada, conforme entendimento do Judiciário;
- Lutar pelo efetivo cumprimento do intervalo intrajornada fixado no art. 71 da CLT, em todos os contratos de trabalho dos vigilantes, sem alterar as jornadas de trabalho de interesse dos trabalhadores, a exemplo da jornada 12 x 36;
- Articular nacional ou regionalmente as ações políticas da categoria, especialmente as situações de mobilização, greves, ações institucionais, etc.;
- Lutar para que as empresas comprovem as entidades sindicais a regularidade com o seguro de vida em grupo, bem como inserir nas CCT's a responsabilidade das empresas quando deixarem de providenciar o seguro de vida dos vigilantes;
- Alterar o divisor dos atuais 220, para 180, para efeito de cálculo de horas extras e outros adicionais resultantes da jornada de trabalho da categoria;

(Amanhã, o Notícias CNTV detalhará as decisões tomadas no aspecto profissionalização)

